

 **CONJUR.COM.BR**
www.conjur.com.br

Capa Seções Eventos Links Blogs Livraria Clipping de Notícias Anuários Login

Notícias **11** agosto 2012

LEI DE ACESSO
TJ-SP estuda como divulgar salários sem violar direitos
Por Pedro Canário

Facebook 0 Twitter 16 Google+ 0

Enviar por email Imprimir

TST



9,44	9,50
0,92	2,12
4,10	4,66
17,50	18,62
2,09	2,09
3,59	3,69
23,30	23,30
10,51	11,00
15,70	17,35
3,85	3,85
20,57	3,85
0,00	
0,11	

A obrigação de divulgar os salários dos servidores públicos, imposta pela Lei de Acesso à Informação, preocupa o Judiciário paulista. O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, autorizou a criação de uma comissão para estudar as questões jurídicas na divulgação. O grupo, formado pelos desembargadores **Paulo Dimas Mascharetti, Luiz Soares e Walter de Almeida Guilherme**, vai analisar como os demais Poderes e tribunais têm cumprido a obrigação.

Na última reunião do Órgão Especial do TJ paulista, na quarta-feira (8/8), os desembargadores analisavam pedido de juiz para que não divulgasse o seu salário ou o de seus funcionários de vara. Ele alegou que, por uma questão de segurança, gostaria que seus vencimentos fossem preservados.

Fonte: <http://www.conjur.com.br/2012-ago-11/comissao-tj-sp-estuda-divulgar-salarios-violar-intimidade>

Capa Seções Eventos Links Blogs Livraria Clipping de Notícias Anuários Login

ARTIGOS **29** junho 2012

USO MÍDIÁTICO DA LEI
Divulgar salário cria falsa sensação de controle
Por Bruno Hazan Carneiro

Facebook 0 Twitter 49 Google+ 0

Enviar por email Imprimir

Não são poucas as manchetes divulgando a Lei Federal 12.527, de 18 de novembro de 2011, também chamada de Lei de Acesso à Informação, notando-se grande ênfase da mídia no ponto referente à divulgação de listagem *nominal* de servidores públicos e seus respectivos vencimentos.

Fonte: <http://www.conjur.com.br/2012-jun-29/bruno-hazan-divulgar-salario-servidor-cria-falsa-sensacao-controle>

Capa Seções Eventos Links Blogs Livraria Clipping de Notícias Anuários Login

NOTÍCIAS
15
maio
2013

EXIGÊNCIA DO CNJ

Supremo mantém divulgação de salários do TJ gaúcho

f Facebook 2

Twitter 13

Google+ 0

Enviar por email Imprimir

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, negou pedido de liminar requerido pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) contra decisão do Conselho Nacional de Justiça, em que era determinada a divulgação dos salários dos servidores da Justiça gaúcha, com identificação nominal. No entendimento da corte, não houve usurpação de competência jurisdicional pelo CNJ.

No Mandado de Segurança 32.020, a Ajuris sustenta que o Conselho determinou ao Judiciário gaúcho a divulgação das remunerações dos servidores nominalmente e que a medida contrariou a Lei Estadual 13.507/2010. Com isso, o CNJ estaria extrapolando suas atribuições e atingindo a autonomia federativa, sem ponderar valores previstos pela Constituição Federal relativos ao acesso à informação e ao direito à intimidade.

Fonte: <http://www.conjur.com.br/2013-mai-15/stf-decide-manter-exigencia-divulgacao-nominal-salarios-tj-gaucha>

ARTIGOS
13
agosto
2012

TRANSPARÊNCIA COM CIDADANIA

Acesso à informação e sacrifício do direito à privacidade

Por Telmo Lemos Filho

f Facebook 0

Twitter 20

Google+ 0

Enviar por email Imprimir

A sociedade gaúcha e brasileira vem acompanhando, nos últimos dias, várias matérias jornalísticas tratando da aplicação da denominada Lei do Acesso à Informação. A iniciativa legislativa, certamente meritória, já que permite o conhecimento pela sociedade da estrutura das despesas dos entes e dos Poderes do Estado brasileiro, vem sendo objeto de debate em relação ao seu alcance, especialmente no que toca à publicação do nome dos servidores com a sua correspondente remuneração. A questão central reside na violação da privacidade e da intimidade do cidadão servidor público que esta publicação nominal traz.

Fonte: <http://www.conjur.com.br/2012-ago-13/telmo-lemos-acesso-informacao-sacrificio-direito-privacidade>